

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 21 de dezembro de 2017**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Procedeu-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Prosseguiu informando que a Câmara Municipal, no passado dia quinze, procedeu à entrega de presentes às crianças que frequentam o primeiro ciclo do ensino básico e os jardins-de-infância do concelho. -----

Noutro âmbito o senhor Presidente informou sobre a reunião havida com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) no sentido de se retomar o processo de instalação de dois Balcões do Cidadão no concelho, um em Moimenta e outro em Vilar da Veiga. Nessa reunião o senhor Presidente da Câmara questionou os interlocutores da AMA se, com a implementação destes balcões ocorreria o encerramento de serviços públicos do Estado, o que foi perentoriamente negado por aqueles. Prosseguiu informando que o funcionamento dos balcões é essencialmente virtual e trata de assuntos como renovações de Cartas de Condução, Pedidos de Registo Criminal, entre outros, que evitarão a deslocação de munícipes a outros locais. -----

Para finalizar informou da reunião havida em Ourense, Espanha, relativa ao projeto transfronteiriço: “Raia Termal”, que irá possibilitar a realização de investimentos na Vila e no Rio Gerês. -----

Tomou a palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para lamentar que o serviço de tesouraria da Segurança Social, em Terras de Bouro, se mantenha encerrado, obrigando os munícipes a deslocarem-se a Amares ou Vila Verde, acrescentando que tomou a iniciativa de expor o caso à Secretaria de Estado da Segurança Social. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para informar que também já efetuou contactos com a Segurança Social para reverter a situação, que, segundo as informações recolhidas tem que ver, unicamente, com o pagamento do abono para falhas aos funcionários, que atualmente é de oitenta e seis euros e vinte e nove cêntimos por mês. Em futuros contacto, e caso seja legalmente possível, a Câmara Municipal disponibilizar-se-á para suportar aquele encargo. -----

Usou, então, da palavra o senhor vereador, Dr. Luís Teixeira, para declarar a sua estranheza relativamente ao conteúdo do ofício da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, deliberado na anterior reunião do executivo, pois segundo informações do anterior presidente daquela junta de freguesia, transitaram para a nova junta cerca de dezoito mil euros. -----

Num segundo ponto o senhor vereador solicitou a consulta aos processos individuais dos trabalhadores que pilotam a embarcação “Rio Caldo”, a saber: Nuno Sousa, Fernando Rocha, Manuel Rodrigues e António Príncipe. -----

Para finalizar o senhor vereador aproveitou a oportunidade para desejar festas felizes aos presentes. -----

Retomou a palavra o senhor presidente para responder às questões colocadas, começando por referir que o senhor Presidente da Junta transmitiu verbalmente aquela necessidade e que a formalizou daquela forma. Sobre a consulta aos processos individuais dos trabalhadores, o senhor presidente referiu que a Divisão Administrativa e Financeira disponibilizará os processos assim que o senhor vereador entenda. -----

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente para questionar o senhor Dr. Paulo Sousa sobre como, na sua opinião, o problema dos recibos verdes devia ser resolvido, tendo este referido que o problema nasce, em função das respetivas necessidades, com o acordo dos prestadores de serviços, e que a solução já se encontrava no seu programa eleitoral, com a criação de uma Régie Cooperativa que integraria, via contrato de trabalho, aqueles que tivessem contratos de trabalho mais longos. -----

Prosseguiu o senhor vereador para referir que desde o dia trinta e um de outubro, a Câmara Municipal não conseguiu solucionar o problema. -----

Tomou novamente a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Adelino Cunha, para questionar o senhor vereador como é que o orçamento municipal comportaria a solução proposta. -----

Retomando a palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, referiu que a Régie Cooperativa seria financiada através das receitas da água e que as juntas de freguesia também teriam de contribuir. -----

Voltou a usar da palavra o senhor Vice-Presidente para lembrar que o executivo em permanência se encontra em funções há dois meses, que este é um problema novo e que o orçamento municipal não deve servir unicamente para “distribuir dinheiro”. -----

Retomou a palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para referir que não criou, nem ajudou a criar a situação e que provavelmente, se tivesse ganho as eleições, algumas pessoas iriam sair. Prosseguiu, referindo que o setor privado precisa de trabalhadores e não tem. Referiu, ainda, que compreende as necessidades das juntas de freguesia para acorrer à limpeza de vias, que as escolas necessitam de mais trabalhadores, mas, não compreende como é que após o dia trinta e um de outubro, toda aquela gente deixou de ser necessária. -----

Usou da palavra o senhor vereador, Dr. Luís Teixeira, para referir que o que contribuiu para a situação foram a crise económica que assolou o país, a impossibilidade de a Câmara

Municipal, em diversos anos, não poder contratar e a transferência de competências em matéria de educação. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, para fazer uma resenha histórica da situação. Assim, referiu, *“no dia vinte e três de outubro iniciamos, efetivamente, as funções de executivo em permanência. No dia vinte e seis foram elaboradas informações pelos chefes de divisão a reportar necessidades de contratação de prestadores de serviços. Posteriormente reportou-se à Divisão Administrativa e Financeira esta necessidade que nos informou da inexistência de dotação orçamental para proceder à contratação de qualquer prestador de serviços e que era necessário efetuar uma alteração orçamental. Da análise efetuada verificou-se que era possível reforçar a respetiva rubrica orçamental com o máximo de trinta e seis mil euros. No dia trinta de outubro, solicitou-se, através de correio eletrónico enviado aos senhores vereadores da oposição anuência para efetuar aquela alteração orçamental, agradecendo a resposta até ao final da manhã do dia trinta e um. Situação que só se verificou após o encerramento dos serviços, ou seja depois das dezassete horas daquele dia e com a condição de renovação da totalidade dos prestadores de serviços.”* Prosseguiu o senhor Presidente, referindo que os senhores vereadores sabiam perfeitamente que o valor com que seria possível reforçar a rubrica orçamental não era suficiente para o pagamento de um mês a todos os prestadores de serviços, quanto mais para renovar com todos por dois meses. A ideia, prosseguiu, era manter aqueles que seriam mais necessários, dentro da capacidade orçamental do Município. Continuou referindo que se preocupa com as pessoas que deixaram de prestar serviço na autarquia e perderam, desta forma, a sua fonte de rendimento, mas, afirmou: *“Ou fazemos as coisas direitas, ou não fazemos nada.”* ---

Ainda sobre este tema o senhor Presidente da Câmara afirmou que a contratação deste volume de prestadores de serviços se deveu, em sua opinião, às necessidades pessoais dos prestadores de serviços e a questões eleitoralistas. Confirmou que a Junta de Freguesia de Moimenta, a solicitação da Câmara Municipal, chegou a ter contrato com trinta e três prestadores de serviços e afirmou que, em sua opinião, se chegou a esta situação porque não houve coragem política para abrir concursos de pessoal. -----

De seguida esclareceu que, entretanto, foram celebrados nove contratos de prestação de serviços para ocorrer a tarefas mais urgentes como a vigilância nos transportes escolares, o apoio ao agrupamento de escolas e ao serviço de águas. -----

Sobre a questão de não terem sido celebrados mais contratos de prestação de serviços, esclareceu que, na sequência das notificações que o Município recebeu relativas a eventual despedimento ilícito por parte de quatro prestadores de serviços cujos contratos terminaram no dia trinta e um de outubro, o Gabinete Jurídico aconselhou a não recorrer a este modelo de contratação. Mais esclareceu que teve conhecimento da existência de carência de pessoal em empresas sediadas no Parque Industrial de Adaúfe e que disso deu conhecimento a diversas pessoas, mas estas não querem. -----

Prosseguiu, referindo que uma das soluções para este caso e para o concelho é a atração de investidores que criem emprego, encontrando-se a Câmara Municipal a desenvolver contactos para o efeito. -----

Concluiu o senhor Presidente para dizer que considera inadmissível que a Câmara Municipal tenha uma máquina retroescavadora e vários tratores e não tem pessoal habilitado para as manobrar. -----

Retomou a palavra o senhor Dr. Paulo Sousa para afirmar que no dia trinta e um de outubro as pessoas deixaram de fazer falta e que “o problema forma resolvido de uma forma muito simples: Acabou!” -----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para afirmar que se fosse de outra forma o senhor Dr. Paulo Sousa estaria a igualmente questionar. Prosseguiu que a solução a encontrar terá que ser sempre claramente legal. A existência de qualquer dúvida na implementação de qualquer medida terá sempre o mesmo efeito, não se concretizará. ---

Retomou a palavra o senhor vereador Dr. Paulo Sousa para afirmar que a alteração orçamental foi autorizada, tendo, no entanto solicitado uma listagem dos prestadores de serviços que iriam ser renovados.

Noutro tema, o senhor vereador, afirmou que na sequência da sentença do Tribunal de Trabalho a Câmara Municipal vai pagar a indemnização e questiona porque é que a Câmara Municipal não tinha seguro. Na sua opinião deveria haver um seguro, levantando a seguinte questão: “O que é que correu mal?” -----

Usou da palavra o chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças para referir que a contratação de seguros por parte de prestadores de serviços é uma responsabilidade destes, não havendo, no seu entender, normativo legal que admita a contratação de seguro pela autarquia. Prosseguiu afirmando que, apesar de não ser obrigatório, a autarquia contratualizou, nos termos da lei, uma apólice de seguro de acidentes de trabalho que cobre a totalidade dos trabalhadores da autarquia. -----

Voltou a usar da palavra o senhor vereador para afirmar que a solução do problema seria a Régie Cooperativa. E que no concelho somos cada vez menos. -----

Retomou a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara para afirmar que, se o objetivo é desenvolver o concelho, o orçamento municipal não pode ser canalizado exclusivamente para recibos verdes, reforçando: “Também sou eleitor e não concordo com a política desenvolvida, a este nível, nos últimos oito anos.” -----

Sendo treze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----